



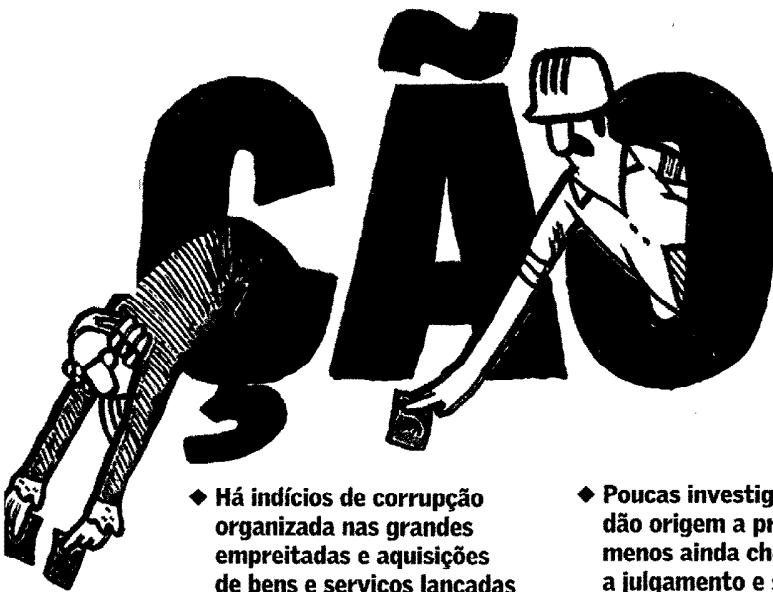
## Crime sem rosto

**ANA SOFIA SANTOS**

É UM dos temas mais caros a cronistas da imprensa, comentadores televisivos e políticos. Nunca, como agora, se falou tanto de corrupção. Até o Presidente da República, Cavaco Silva, no discurso de tomada de posse, prometeu «uma luta permanente e sem tréguas a este inimigo». E, esta semana, o deputado socialista João Cravinho anunciou que, em Setembro, irá apresentar ao grupo parlamentar do PS três projectos de lei anti-corrupção — uma das suas propostas é a criação de uma Comissão para a Prevenção da Corrupção. «Nenhum Governo em Portugal atacou a fundo este problema», disse Cravinho.

A verdade é que faltam estudos e estatísticas que ponham a nu os tentáculos deste braço invisível que, segundo consta, se estende a todo o aparelho de Estado. Os números mais recentes são da Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira, da Polícia Judiciária (PJ). Um relatório inédito que aclarou um pouco a escuridão em que se encobre o negócio dos favores e subornos, em Portugal.

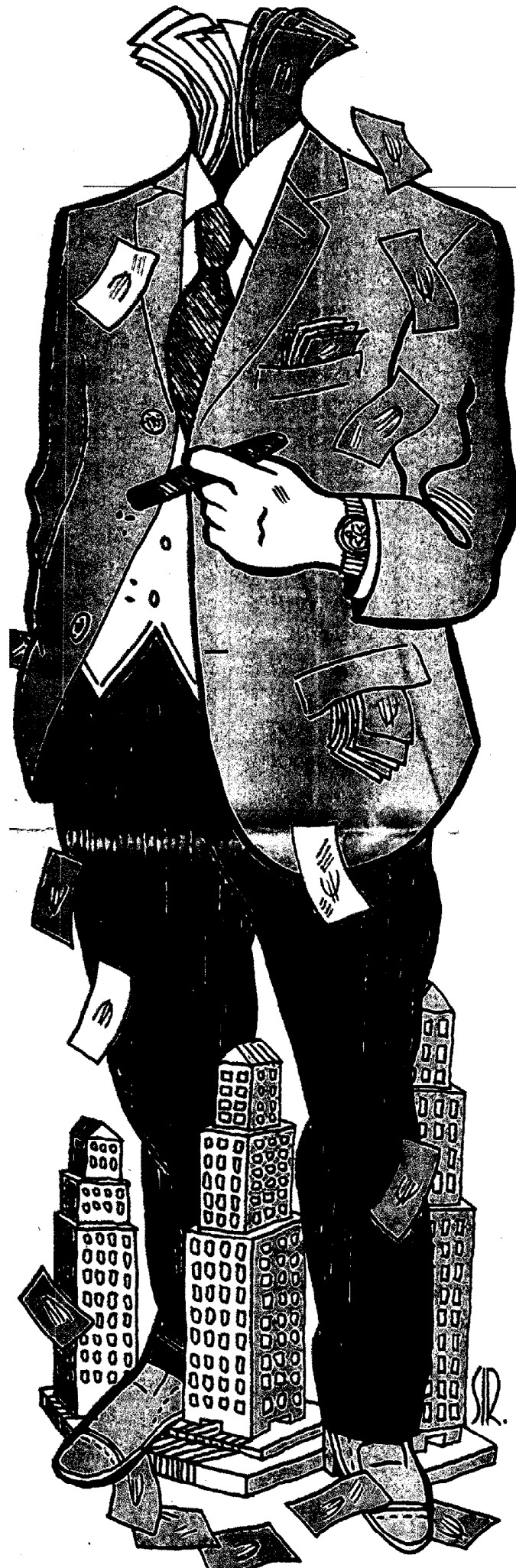
Entre 2002 e 2005, a PJ iniciou 6976 investigações por crimes económico-financeiros, dos quais 1251 relacionados com casos de corrupção. Sem surpresas verificou-se que na maioria dos dossiês constam autarquias. Forças de segurança, entidades relacionadas com o sector rodoviário e administração central também concentram preocupantes focos de corrupção. Uma das medidas recomendadas pelo Conselho da Europa de combate a este fenómeno — que ainda não é tida em conta — é a obrigatoriedade de um período de luto entre o exercício de cargos públicos e a passagem a cargos no privado, com interesses incompatíveis — como, por exemplo, o antigo funcionário do Estado que vai exercer consultoria em empresas que ele próprio tenha beneficiado.



- ◆ Há indícios de corrupção organizada nas grandes empreitadas e aquisições de bens e serviços lançadas pela Administração Pública
- ◆ Poucas investigações dão origem a processos, menos ainda chegam a julgamento e são raras as condenações
- ◆ A principal fonte de investigação são as denúncias anónimas
- ◆ Entre corruptor e corrompido sela-se um pacto de silêncio
- ◆ É um crime que não deixa rasto, de difícil prova
- ◆ Corrói a democracia

Os «rankings» do Instituto do Banco Mundial (IBM) e da organização não governamental Transparência Internacional e Centro para a Integridade Pública continuam a colocar Portugal entre os Estados-membros (União Europeia a 15) mais afectados por esta epidemia. Além disso ocupamos um pouco animador 26º lugar no Corruption Perceptions Index 2005, entre 158 países. Daniel Kaufmann, director do IBM, chegou a dizer que «Portugal podia estar ao nível da Finlândia, se melhorasse a sua posição no 'ranking' de controlo da corrupção».

Recentemente o Grupo de Estados Contra a Corrupção do Conselho da Europa analisou o combate ao crime económico em Portugal e apontou o dedo à falta de meios materiais, financeiros e humanos. A maior surpresa para os peritos foram as somas irrisórias apreendidas em processos de corrupção. Aliás, em 2005, as polícias portuguesas não emitiram qualquer ordem de confiscação de bens ou dinheiro obtidos através de negócios escuros, apesar de estar previsto na lei.



# «O Plano Tecnológico vai diminuir os favores»

**PAULO MORGADO**, administrador-delegado da Capgemini

A CORRUPÇÃO em Portugal sofreria uma grande machadada com a criação de um Índice de Propensão para a Corrupção (IPC), capaz de fornecer pistas concretas sobre a localização de possíveis focos deste crime.

Um instrumento precioso para as polícias e que serviria também de dissuasor de novos episódios de corrupção. Como? A resposta é simples: ninguém quer que as suas opções sejam questionáveis à luz de um IPC. É um ónus muito pesado para a imagem de qualquer um. Além disso, as próprias associações dos sectores assinalados a vermelho sentir-se-iam pressionadas a inverter esse cenário e a actuar, também, como reguladoras.

A sugestão do IPC pertence a Paulo Morgado, administrador-delegado da Capgemini e autor do livro *Contos de Colarinho Branco*, publicado recentemente. «A corrupção é um crime muito difícil de detectar e de fazer prova. Entre corruptor e corrompido sela-se um pacto de silêncio», refere o especialista. Por isso, «não se deve olhar para o fenómeno apenas sob a perspectiva da punição e perseguição». Até porque o desfecho dos processos por corrupção é, regra geral, frustrante.

O IPC faria uma medição objectiva, não tendo por base insinuações mas sim dados económicos. «Em vez de estarmos no campo desagradável da suspeição, poderíamos actuar no campo da objectividade», salienta Morgado. As universidades deviam ser os motores deste índice, composto por indicadores sectoriais. Pegando no exemplo de uma consultora, uma forma de aplicar o IPC passa por verificar o número de trabalhos de consultoria e de auditoria prestados a uma mesma entidade.

Além dos dados fornecidos pelo mercado, o IPC também ganharia em ter indicadores transversais, como o número de processos de dívidas fiscais prescritos por sector de actividade. «Pode-se chegar à conclusão de que 80% das pres-

crições se verificam num determinado sector. E aí será interessante investigar por que razão isso acontece».

Morgado frisa que «não devemos tratar a corrupção de uma forma cega. Por exemplo, na contratação pública há truques que são conhecidos e essa informação deve ser tida em conta na altura de analisar as propostas dos concorrentes».

Igualmente importante é o controlo «a posteriori» das adjudicações. «O Estado aposta muito no aspecto processual da contratação, mas depois descarta o seu acompanhamento», diz o consultor da Capgemini, acrescentando que «é preferível que se aligeirem as exigências iniciais e se invista mais no controlo do serviço prestado pelo vencedor do concurso. É indispensável obrigar a justificar todas as

despesas adicionais — que, muitas vezes, são aprovadas não por quem adjudicou mas por outras pessoas».

Para Paulo Morgado, o Plano Tecnológico, lançado pelo Governo, terá um papel a desempenhar na redução da corrupção em Portugal. «Não tendo sido criado com o objectivo de combater este tipo de crime, o Plano Tecnológico será um instrumento muito importante para a sua diminuição, já que vai atacar a burocracia — um terreno fértil para a proliferação de favores».

Morgado não tem dúvidas de que «o efeito mais pernicioso da corrupção é destruir a competitividade de uma economia, travando a sua capacidade de modernização».

A.S.S.



JOSE VENTURA

“ **O efeito mais pernicioso da corrupção é destruir a competitividade** ”